



# Câmara Municipal de Porto Alegre

02721/17

COM

10/10/2017

AUTOR: STECKERT ENGENHARIA LTDA - EPP

EMENTA: APRESENTA RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA DECISAO DE 06/10/2017, QUE JULGOU A HABILITADA PARA PARTICIPAR DA TOMADA DE PRECOS Nº 05/2017, PROCESSO 1638/2017, A EMPRESA MONTEBRAS MONTAGENS ELETRICAS LTDA

AO SETOR DE PROTOCOLO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE/RS.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA SIMONE VICARI TARASCONI PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/RS.

REF: TOMADA DE PREÇOS – EDITAL Nº 05/2017

Processo n.º 1638/2017

**STECKERT ENGENHARIA LTDA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.920.074/0001-08, com sede na Rua Frei Gregório Dal Mont, 1623 – Sala 01 – Centro – Turvo – SC – CEP 88930-000, neste ato representado por ser sócio **RANIERE STECKERT MARCELLO**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Eletricista, portador do CPF nº 966.500.529-49, residente na Rua Libero Bardini, 660 – Centro – Turvo – SC, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, interpor, com fundamentos no art. 109, I, “a” da Lei nº 8.666/93, tempestivamente, o presente:

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da decisão de 06 de outubro de 2017, que julgou habilitada para participar do presente certame a empresa **MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA** no processo em referência, por parte da Comissão Especial de Licitações da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

## 1. DAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS.

Trata-se de processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, lançado pela Câmara Municipal de Porto Alegre/RS, cujo objeto refere-se à contratação de empresa de engenharia, especializada, para execução de projeto de central geradora fotovoltaica para geração de energia elétrica no prédio da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS.

Em análise dos autos verifica-se que houvera a participação de quatro empresas no certame, sendo a DMS Engenharia Elétrica LTDA, Engelétrica Comércio e Engenharia Elétrica Ltda, Montebras Montagens Elétricas Ltda e Steckert Engenharia Ltda EPP, ora Recorrente.

Colhe-se dos autos que, durante a fase de habilitação, apenas duas empresas foram consideradas habilitadas pela CEL, sendo a empresa Recorrente e a empresa Montebras Montagens Elétricas Ltda.

Muito embora, a empresa Recorrente não se fez presente no ato de análise dos documentos de habilitação, por se tratar de mera faculdade, verificou-se a presença de duas empresas licitantes, as quais apresentaram impugnações aos documentos apresentados pela empresa MONTEBRAS, ambas pugnando pela inabilitação da referida empresa sob o argumento de que não fora atendido o exigido no edital, especificamente exposto no item 5.1.4.2.

Contudo, a Comissão Especial de Licitações em análise e julgamento das impugnações acima apontadas, no dia 06 de outubro de 2017, assim decidiu:

*A área técnica analisou os atestados manifestando-se conforme segue: em que pese o somatório de kWp apresentado nos atestados ser igual a 98,5kWp, a diferença equivale a valor irrisório, inferior a um painel instalado. Aduzindo, ainda, que o somatório da geração por quantidades de painéis já instalados pela empresa é mínimo frente à magnitude das obras apresentadas não desqualificando a capacidade de execução. A empresa demonstra objetivamente a capacidade técnica compatível.*

Em que pese a Comissão Especial de Licitação tenha proferido à decisão acima descrita, a Recorrente pugna pela sua integral reforma, tendo em vista a inobservância estrita dos ditames previstos no item 5.1.4.2. do Edital, afrontando os princípios basilares do direito público e sobretudo da segurança jurídica.

Por tudo que, incansavelmente se sustenta, a r. decisão merece reforma.

## **2. DAS RAZÕES RECURSAIS.**

Inicialmente, cumpre destacar que, a empresa Recorrente foi à única empresa que cumpriu estritamente com as exigências contidas no edital do presente certame, tendo sido, inclusive, habilitada para a próxima fase.

Excelências, os atestados técnicos apresentados pela empresa MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA, não atendem as exigências do item 5.1.4.2 do Edital, de modo que, as empresas DMS e Engelétrica, que se faziam presentes na data de abertura dos envelopes, de plano apresentaram impugnações nesse sentido.

Deste modo, faz-se necessário observar atentamente o item e subitens que deixaram de serem atendidos pela empresa MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA, vejamos:

*5.1.4.2 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA, expedida em nome do Responsável Técnico que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa à execução de obras e serviços pertinentes e compatíveis com os que constituem objeto da licitação, devidamente registrado(s) no CREA.*

*5.1.4.2.1. Será considerada compatível com a prestação de serviços objeto desta licitação, a execução de projeto de central geradora fotovoltaica para*

*geração energia elétrica sobre estrutura metálica elevada em área de no mínimo 100m<sup>2</sup> e com capacidade instalada de 100kw.*

5.1.4.2.3. Poderá ser apresentado mais de um atestado contendo as especificações das alíneas do item 5.1.4.2.1, contudo serão considerados apenas aqueles que contenham, pelo menos, a especificação mínima de cada um dos itens, não sendo permitida a soma para fins de quantitativos de metragem.

Nobres Julgadores é de uma clareza solar o fato de que a Empresa MONTEBRAS **NÃO** atende fielmente a exigência do item 5.1.4.2.1 do Edital.

Colhe-se, do item 5.1.4.2.1 que, para se tornar compatível para com a execução do projeto de central geradora deve ser em área mínima de 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) e com a capacidade instalada de 100kWp. Porém, de acordo com a decisão repelida, o somatório apresentado pela equipe da área técnica aponta que **somados atingem tão somente 98,5kWp**, colocando em prejuízo a empresa Recorrente, uma vez que possui atestado técnico comprovante, a aptidão e a instalação de sistemas com potência muito além do exigido no edital.

Ainda, cabe destacar que, o item 5.1.4.2.3. define que poderá ser apresentado mais de um atestado contendo as especificações das alíneas do item 5.1.4.2.1, **contudo serão considerados apenas aqueles que contenham, pelo menos, a especificação mínima de cada um dos itens**, não sendo permitida a soma para fins de quantitativos de metragem.

Ora, Excelências, reza o edital do certame que deverão ser atendidas as especificações mínimas dos dois itens contidos na cláusula 5.1.4.2.1, o que torna inteiramente passível de reforma a decisão que reconhecerá atendido o item inerente à capacidade instalada, que por sua vez, a empresa MONTEBRAS apresentou apenas um somatório de 98,5kWp.

Como os dois itens a serem considerados são a potência total do sistema de 100kWp e a área de 100m<sup>2</sup>, e ainda que, a empresa deve apresentar ao menos um dos atestados com a especificação mínima de 100kWp, fica claro apontar que a empresa MONTEBRAS não tem acervo técnico ou atestado que comprove ter executado a instalação de um sistema destas proporções em uma única execução deste tipo de sistema, pois a equipe técnica da Câmara de Municipal de Porto Alegre é clara em apontar no relatório da análise dos documentos de habilitação **que a soma de vários atestados técnicos da a empresa Montebras Montagens Elétricas** verifica a potência total instalada de 98,50kWp e não de um único sistema de 98,50kWp.

Portanto, quanto a potência apresentada, verifica-se que a equipe técnica da Comissão Especial de Licitação realizou um somatório para apurar 98,5kWp, logo, além da empresa MONTEBRAS não ter confeccionado projetos com a potência de 100kWp, fora necessário realizar um somatório que sequer atingiu o número apontado no edital, portanto, resta patente a afronta aos requisitos do certame.

Fica claro que a empresa não atendeu a nenhum dos dois itens do edital (item 5.1.4.2.1 e item 5.1.4.2.3), colocando em risco a execução do serviço por nunca ter realizado obra do porte da que está sendo licitada.

Este ponto ainda é mencionado e citado neste recurso a fim de não gerar dúvidas quanto ao entendimento de que seja unicamente um sistema de geração com no mínimo 100kWp, que tal solicitação é ainda especificada no Anexo I – A do edital da Tomada de Preços nº 05/2017 no que consta a respeito do projeto básico da **Execução das obras e serviços, fornecimento de materiais e equipamentos referente ao módulo I do projeto de Central Geradora Fotovoltaica para geração de energia elétrica (198,00KW Pico) na CMPA**, que no item 4 – Especificações dos serviços menciona no terceiro parágrafo que a empresa executora deverá **comprovar a execução de uma usina geradora sobre estrutura metálica, com no mínimo 100KWP de potência nominal**.

Destarte, preceitua a Lei que rege as licitações:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; [...]*

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. [...]*

*Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

*[...] XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;*

De acordo com Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:

*É a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416).*

Maria Sylvia Zanella Di Pietro argumenta em seu livro de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013:

*Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art.43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).*

Luciana Chaves Freire Felix, procuradora federal, em um artigo intitulado “Da importância do Princípio da Vinculação ao Instrumento convocatório”, destaca:

*Por derradeiro, importante salientar que, em se tratando de norma constante de Edital, deve haver vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica. Do contrário, seriam permitidas inúmeras alterações dos critérios de*



*juízo e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos.*

Cabe ainda ressaltar que, existem Orientações e Jurisprudências do Tribunal de Contas da União concernentes a Vinculação ao ato convocatório:

***Acórdão 1060/2009 Plenário (Sumário)***

*Observe, no que se refere a eventuais alterações propostas, o dever de manutenção do vínculo e compatibilidade estabelecidos inicialmente entre o ato convocatório, o cronograma físico-financeiro e a execução da obra.*

***Acórdão 932/2008 Plenário***

*Faça constar dos termos de contratos cláusula que estabeleça sua vinculação ao edital de licitação, conforme o art. 55, XI, da Lei no 8.666/1993.*

***Acórdão 2387/2007 Plenário***

*Observe rigorosamente o princípio da vinculação ao edital, previsto nos arts. 3º e 41, da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de efetuar prorrogações de contratos não previstas.*

Com efeito, é fato incontroverso que, a Administração ao publicar o edital de licitação contendo os requisitos para capacitação, desperta no participante a legítima expectativa de que somente os participantes compatíveis com tais exigências é que serão considerados aptos para disputar o certame, e a empresa, neste caso, ao se inscrever no certame concorda com os termos do edital se comprometendo a cumprir todas suas regras fazer prova da sua capacidade nos termos elencados pelo instrumento.

Imagina-se, a título de suposição, que a empresa MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA, a qual não cumpriu estritamente com as exigências da

Administração Pública, venha vencer a empresa Recorrente na próxima fase do certame, tamanha ilegalidade praticada em total detrimento da empresa Steckert Engenharia.

Logo, Excelências, no caso em apreço, a empresa Recorrente estará sendo inteiramente prejudicada ao ter que enfrentar uma nova fase do certame ao lado de uma empresa que sequer cumpriu estritamente os requisitos contidos no instrumento convocatório, tornando necessária a reforma da decisão que habilitou a empresa MONTEBRAS, por questão de lédima Justiça.

### 3. DOS PEDIDOS.

Ante o exposto, requer-se a Vossas Excelências o recebimento do presente recurso, assim como:

a) Requer-se seja encaminhado à autoridade administrativa investida de poderes para apreciá-lo;

b) Requer-se seja dado provimento ao presente recurso a fim de reformular a decisão que julgou habilitada a empresa MONTEBRAS MONTAGENS ELÉTRICAS LTDA, proferida pela Comissão Especial de Licitação em 06 de outubro de 2017, tendo em vista o não cumprimento ao item 5.1.4.2 e seus subitens do Edital 05/2017 da Tomada de Preços, tudo em respeito ao interesse público e conjunto de normas e princípios jurídicos que disciplinam as Licitações, em especial ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos da fundamentação.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

De Turvo/SC para Porto Alegre/RS, 10 de Outubro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
**STECKERT ENGENHARIA LTDA**  
**Rep. Raniere Steckert Marcelo**  
**Sócio Gerente**  
**CPF: 966.500.529-49**